



Série de Textos para Discussão do Curso de Ciências Econômicas

Texto para Discussão n. 011

A Reestruturação do Mercado de Trabalho Brasileiro nos Anos Oitenta e Noventa: Sai a Indústria, Entra a Informalidade?

Sandro Eduardo Monsueto

Joyce Avelar Barbosa

Felipe Resende Oliveira

Goiânia

Novembro de 2009

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(GPT/BC/UFG)

M756r Monsueto, Sandro Eduardo.
 A reestruturação do mercado de trabalho brasileiro nos anos
oitenta e noventa: sai a indústria, entra a informalidade ? / Sandro
Eduardo Monsueto, Joyce Avelar Barbosa, Felipe Resende
Oliveira. - Goiânia : UFG , 2009.
 18f. : il., grafs. (Série de textos para discussão do curso de
Ciências Econômicas. Texto para discussão, 011)

 Bibliografia.
 ISBN:

 1. Mercado de trabalho – Brasil 2. Relações de trabalho –
Desregulamentação – Brasil I. Barbosa, Joyce Avelar. II. Oliveira,
Felipe Resende III. Título.

CDU: 331(81)

A Reestruturação do Mercado de Trabalho Brasileiro nos Anos Oitenta e Noventa: Sai a Indústria, Entra a Informalidade?

Sandro Eduardo Monsueto^{*}

Universidade Federal de Goiás

Joyce Avelar Barbosa^{*}

Universidade Federal de Goiás

Felipe Resende Oliveira[^]

Universidade Federal de Goiás

Resumo

Este artigo tem por objetivo apresenta duas das mais importantes tendências do mercado de trabalho brasileiro durante as décadas finais do século passado: a perda de espaço da indústria como geradora de postos de trabalho e o processo de desregulamentação das relações de trabalho. Os anos oitenta e o fim da estratégia de crescimento puxado pelo investimento público na indústria marcam importantes mudanças na estrutura de ocupação da mão de obra e a indústria não foi capaz de gerar empregos formais a uma velocidade compatível com a expansão da oferta de trabalho urbana. Ao mesmo tempo, se observa um intenso crescimento do setor informal e de relações atípicas de trabalho. Estes fatores, apesar de iniciados no século passado, são relevantes para entender o estado atual do mercado de trabalho nacional e na configuração de políticas públicas ativas de emprego.

Palavras-chave: Mercado de trabalho, Desregulamentação, Brasil.

Abstract

This article aims to present two of the most important trends of the Brazilian labor market during the final decades of the last century: the loss of industrial space in the generation of jobs and the deregulation of labor relations. The eighties and the end of the growth strategy driven by public investment in the industry mark important changes in the occupational structure of the labor force and the industry was not able to generate formal jobs in the same speed of the expansion of urban labor supply. At the same time, we observe a intense growth of the informal sector and the atypical relation jobs. These factors, although started in the last century, are relevant to understanding the current national labor market and in setting active public policies for employment.

Key words: Labor market, Deregulation, Brazil.

^{*} Doutor em Economia (UAM). Professor de Economia da UFG.

^{*} Graduanda em Ciências Econômicas – UFG.

[^] Graduando em Ciências Econômicas – UFG.

1. Introdução

Este artigo tem por objetivo apresentar uma breve descrição de duas das principais tendências do mercado de trabalho brasileiro durante as duas últimas décadas do século passado: a perda de espaço do setor industrial na formação de postos de trabalho e o processo de desregulamentação das relações de trabalho. Basicamente, a revisão apresentada neste trabalho permite concluir que o estado atual do mercado de trabalho brasileiro é fruto direto das tendências observadas durante os anos oitenta e noventa. Analisar a origem destes processos pode contribuir para entender este mercado e melhor planejar políticas que atendam de maneira socialmente satisfatória aos agentes econômicos envolvidos.

As duas próximas seções deste breve relato discutem esses temas e a última seção apresenta umas breves considerações finais.

2. A reestruturação setorial do mercado de trabalho brasileiro

Esta seção descreve o processo de perda de espaço da indústria na distribuição setorial dos trabalhadores durante os anos oitenta e noventa. Este processo promove a formação de um mercado de trabalho informal, que altera o papel das instituições que regulam as relações trabalhistas.

A configuração do mercado de trabalho brasileiro na última década do século passado tem grande parte de suas origens no fim do dinamismo industrial vivido pelo país vinte ou trinta anos antes. Os anos sessenta e setenta representam para o país um período de forte crescimento econômico e uma mudança rumo a uma economia de industrialização capitalista, comandada pela presença do Estado no investimento e na criação de grandes empresas industriais destinadas a substituição de importações. Estimulado pelos planos nacionais de desenvolvimento, em especial o Plano de Metas de 1956-62 e o II Plano Nacional de Desenvolvimento de 1974-78, foi formado um parque industrial diversificado e inter-relacionado, financiado principalmente por meio do amplo acesso ao fluxo de capital estrangeiro. Como resultado, a economia brasileira cresceu a uma taxa de 10% ao ano entre 1967 e 1973 e de 7% entre os anos de 1976 e 1980, configurando o denominado período do “milagre econômico” – Oreinstein e Sochaczewski (1990), Abreu, (1990) e Resende (2005).

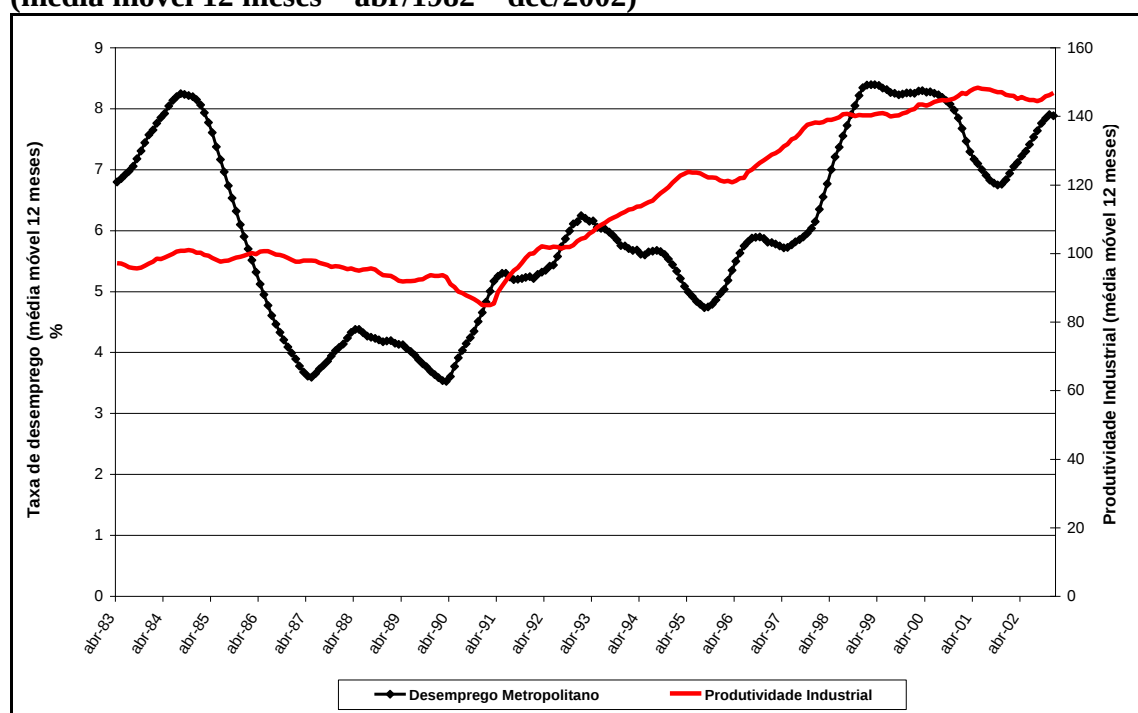
Do mesmo modo que a economia e a produção, o mercado de trabalho urbano também cresceu de forma rápida neste período, tendo a indústria atuando como o principal suporte e modelo de expansão, criando essencialmente emprego assalariado formal, apesar da alta

rotatividade e do uso intensivo de mão de obra de baixa qualificação. Paralelamente, os setores mais tradicionais da economia, como o emprego doméstico e os serviços pessoais, foram capazes de absorver, sem grandes dificuldades, a mão de obra excedente do processo de industrialização, permitindo a manutenção do nível de emprego urbano e de um baixo tempo de procura de emprego – Bivar (1993), Urani (1996) e Dedecca (2002).

No entanto, para diversos autores, a entrada na década de oitenta significa o desmantelamento deste modelo de crescimento econômico, enquanto os anos noventa representam o rompimento definitivo de uma estratégia de crescimento através da industrialização financiada por endividamento externo, com importantes consequências sobre o mercado de trabalho – Cardoso (2001), Dedecca (2002), Leite (2005), Kon (2006). Segundo Bresser-Pereira (1991), a crise deste modelo começou já em 1979, devido à resposta do Governo de continuar o ritmo de crescimento frente aos choques do petróleo e das taxas de juros, o que representou um aumento significativo da dívida externa do país. Porém, a rejeição cada vez mais evidente dos bancos estrangeiros em continuar com o fluxo de capitais para novos empréstimos em países altamente endividados, levou o país a necessitar de um forte ajuste nas contas externas, diminuindo o nível de importações e de investimento. O processo de ajustamento foi seguido por uma estatização da dívida, o que aliviou as contas das empresas privadas, mas também provocou uma deterioração do equilíbrio das contas públicas, com a conseqüente diminuição da poupança e com um aumento do déficit do Estado, intensificado pela aceleração das taxas de inflação – Carneiro e Modiano (1990) e Bresser-Pereira (1991). Desta forma, o sistema não suportou a falta de liquidez internacional e o amplo endividamento, introduzindo a economia no que se considera a pior recessão da história nacional e na primeira queda real do Produto Interno Bruto no pós-guerra.

Após 1984, a indústria manufatureira e a extrativista promoveram uma tímida recuperação, impulsionadas pela retomada do crescimento da economia americana, o principal comprador internacional, aumentando o nível de renda na zona rural e do investimento na exploração de petróleo. Por outro lado, uma forte proteção comercial exercida pela política restritiva de importações, que permitia somente a entrada de produtos para cobrir eventuais excessos de demanda, também contribuiu para a recuperação do nível de atividade industrial. No entanto, o protecionismo imposto pelo Estado, não estava acompanhada por investimento significativos na competitividade (Kume et al., 2003), gerando uma evolução moderada do nível de produtividade média do setor, como mostra o Gráfico 1.

Gráfico 1. Taxa de desemprego e taxa de produtividade da indústria de transformação (média móvel 12 meses – abr/1982 – dec/2002)

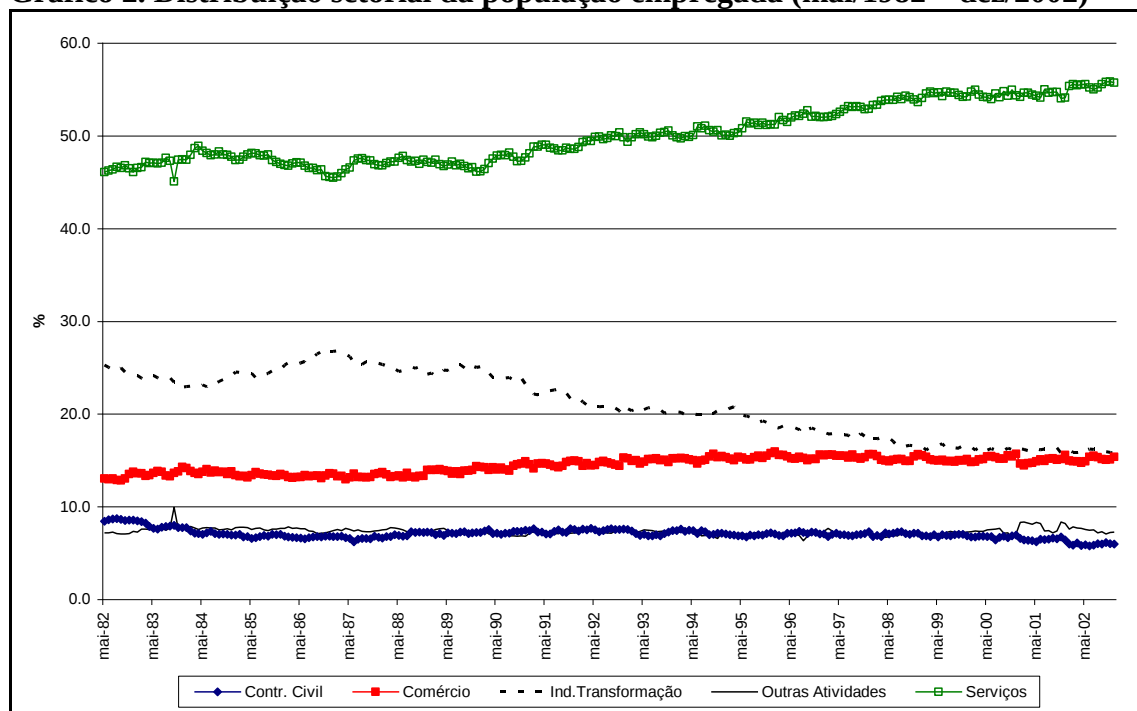


Nota: População maior de 15 anos, regiões metropolitanas. Produtividade da indústria: média de 1991=100

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/Pesquisa Mensal de Emprego.

Condicionado por este contexto econômico, uma das mais importantes tendências do mercado de trabalho foi a mudança na distribuição setorial da mão de obra, com grandes oscilações no peso de cada setor na absorção dos trabalhadores. A crise econômica nos primeiros anos, além de gerar elevadas taxas de desemprego urbano, atingindo quase 9% da população economicamente ativa nas áreas metropolitanas (Gráfico 1), também causou um aumento na dispersão setorial dos trabalhadores, em função da queda do emprego industrial. A breve recuperação do setor após 1984 não foi suficiente para deter uma tendência quase contínua de perda de participação no total da mão de obra até o final do período, como mostra o Gráfico 2. A mão de obra deslocada das atividades rurais, que era absorvida principalmente pelos setores industriais e pela construção civil durante o período de crescimento dos anos setenta, na década de oitenta passa a ser captada de forma mais intensa pelas atividades do setor terciário da economia, que também têm que fazer frente ao aumento da taxa de participação da população no mercado de trabalho, impulsionada, entre outros motivos, pela crescente participação feminina. Em números absolutos, entre 1981 e 1989 o setor terciário gerou cerca de 10 milhões de empregos, enquanto o setor manufatureiro foi responsável pela criação de pouco mais de um milhão de novos postos de trabalho (Amadeo *et al.* 1994).

Gráfico 2. Distribuição setorial da população empregada (mai/1982 – dez/2002)



Nota: População maior de 15 anos, áreas metropolitanas.

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada / Pesquisa Mensal de Emprego

A entrada nos anos noventa significa a acentuação destas tendências setoriais, agravada por novo um período de recessão econômica. O comportamento do mercado de trabalho durante esta década foi condicionado basicamente por dois fenômenos importantes: a abertura comercial, que determina a evolução na primeira metade do período, e o plano de estabilização monetária de 1994, que é a principal característica da segunda parte da década. O processo de abertura comercial, iniciado no final dos anos oitenta e com um acentuado pico entre 1992 e 1993, formava parte da política do Governo de abrir o país ao mundo como uma saída da recessão, que posteriormente também incluiria a primeira seção do processo de privatizações do país. Com isso, a partir do segundo semestre de 1993, o controle das importações passou a se realizar exclusivamente por meio de aplicação de tarifas sem barreiras artificiais, com o objetivo de estimular a concorrência estrangeira (Kume *et al.*, 2003).

O fim da proteção deixou clara a falta de investimentos em produtividade dentro do setor industrial e sua fragilidade frente ao mercado externo. Com a necessidade de fazer frente à concorrência internacional e se aproveitando dos baixos custos de máquinas e equipamentos importados, as empresas se adaptaram às novas tecnologias poupadoras de trabalho e às novas formas de gestão da mão de obra. A implementação de uma série de programas para aumentar

a qualidade dos produtos, especialmente no âmbito do Programa Brasileiro de Qualidade e Produto (PBQP) do Ministério de Ciência e Tecnologia, exigiu uma ampla reestruturação de grandes empresas, implicando, entre outros efeitos, na eliminação de departamentos de atividades em que os serviços poderiam ser melhor desempenhados fora da empresa, por terceirização de atividades não estratégicas (Matesco e Lavinas, 1996).

Segundo Soares *et al.* (2001) o processo de abertura comercial levou a uma diminuição do nível de emprego industrial por meio do aumento da produtividade e através do aumento da exposição ao mercado externo (processo conhecido como efeito importação de emprego). Segundo os autores, a indústria de transformação teve uma perda líquida de 1% do emprego, principalmente devido ao aumento da produtividade e o aumento dos fluxos comerciais. Desagregando os dados setoriais, verifica-se que a indústria de automóvel perdeu aproximadamente 28% do nível de emprego, como resultado da concorrência direta das importações, apesar do observado aumento da demanda interna durante a década.

Em contrapartida, as atividades não expostas à concorrência externa tenderam a apresentar uma trajetória de crescimento. Deste modo, o setor terciário experimentou um vertiginoso aumento na absorção de mão de obra, tanto a que foi excluída do processo de modernização industrial como também os novos entrantes no mercado de trabalho. Contudo, as atividades de comércio e de serviços também apresentaram um declínio na produtividade média, o que indica que os postos de trabalho gerados foram, essencialmente, de baixa qualidade, baixa remuneração e empregando mão de obra pouco qualificada (Kon, 2006).

O saldo da recessão foi uma elevação da taxa de desemprego, mas em atingir os mesmos níveis observados durante a crise dos anos oitenta, uma vez que o mercado de trabalho se ajustou basicamente mediante o controle real dos salários, impedindo variações mais significativas no nível de emprego (Neri *et al.* 2000a)

A partir de 1994, a característica chave da economia brasileira é a estabilidade dos níveis de preços. Após quase vinte anos de inflação crônica e cinco planos frustrados de controle inflacionário, a implementação do Plano Real, em junho deste ano reduziu drasticamente a taxa de inflação mensal e a moeda nacional resistiu a uma série de choques externos. O plano de estabilização foi uma consequência lógica da política de crescimento através do aumento da competitividade e como uma forma de combater o crescente déficit público, incluindo a segunda e mais importante fase de privatizações.

Ao mesmo tempo, o plano também favoreceu o retorno ao país dos fluxos internacionais de capital, apesar da nova configuração deste fluxo, composto em grande parte de capital de curto prazo. Essa característica aumentou a vulnerabilidade da economia a crises financeiras internacionais, sentida pela primeira vez durante a crise mexicana, em março de 1995. Além disso, a configuração do capital de tipo produtivo, com uma parte significativa destinada à compra de patrimônios já existentes mediante as privatizações do país, é um motivo de polêmica, visto por alguns autores como um processo que não contribui para o aumento da capacidade exportadora (Sarti e Laplane, 2002). Outros autores destacam, no entanto, um melhor controle do déficit público e os aumentos de eficiência e da gestão da força de trabalho – Carvalho (2001) e Pinheiro *et al.* (2001).

Até 1998, o país passa por um processo significativo de crescimento econômico, refletido por uma breve reversão da taxa de desemprego (Gráfico 1), acompanhada de aumentos nas rendas médias reais. Entre julho de 1994 e março de 1995 se observa um aumento no emprego industrial, resultado positivo do impacto causado pelo aquecimento da demanda interna e pelo crescimento do produto da indústria logo depois da estabilização (Camargo, 1998). Após o ano de 1998, a antiga tendência de perda de espaço da indústria na absorção e geração de novos postos de trabalho é retomada de forma acentuada, intensificando o fluxo de trabalhadores para outros setores. O modelo de estabilização monetária provocou uma valorização da taxa de câmbio e inverteu os preços relativos da economia em favor dos produtos não-comercializáveis, não expostos à concorrência externa. Ao mesmo tempo, com a estabilidade monetária, o fator trabalho tornou-se o elemento chave de ajuste em muitas empresas industriais, principalmente nas mais intensivas em trabalhadores menos qualificados. O resultado foi um aumento da produtividade e da renda média do setor junto a um aumento do desemprego industrial (Cardoso, 1999).

Em termos espaciais, as mudanças na configuração do setor foram desiguais entre as regiões metropolitanas do país. São Paulo, por exemplo, foi a região mais afetada pela queda do ritmo industrial por concentrar uma parte importante da atividade do setor. Se observa na região uma queda durante toda a década do emprego assalariado formal e também do emprego do setor público, principal fonte de estabilidade no emprego. O Sul do país experimentou um declínio da atividade agrícola, mas seu nível de emprego industrial apresentou um ambiente mais favorável do que na Região Sudeste (Baltar, 2000).

De acordo com o modelo tradicional de comércio exterior, o resultado esperado desta maior exposição da economia ao mercado internacional seria o aumento da demanda de mão

de obra qualificada nos países desenvolvidos, enquanto os países em desenvolvimento experimentariam um aumento da demanda por trabalhadores menos qualificados, fator abundante nestas economias. No entanto, para o caso do Brasil e outras economias latino-americanas, a realidade se mostrou mais complexa, e houve a necessidade de aumentos na demanda por mão de obra mais qualificada no período posterior à abertura comercial (Soares *et al*, 2001). Por um lado as novas tecnologias adotadas exigiam uma demanda tendenciosa por mão de obra qualificada, enquanto que a oferta desse tipo de trabalho não crescia a um ritmo compatível. Os trabalhadores deslocados da indústria passam a apresentar um nível obsoleto de qualificação para a nova realidade técnica, dificultando sua reincorporação em atividades do mesmo setor. A mão de obra migra então de forma acentuada para as atividades terciárias, com menores exigências técnicas e que se caracterizam por um nível mais baixo de produtividade e por um controle institucional mais frágil das relações de trabalho, favorecendo deste modo a explosão da informalidade no país. Como resultado, o emprego nas atividades comerciais e de serviços passam a representar quase o 70% da força de trabalho metropolitana no final da década, contra os 60% observados nos primeiros anos (Gráfico 2).

Por outro lado, existem evidências de que a demanda por trabalhadores qualificados também aumentou significativamente nos setores mais tradicionais, onde uma força de trabalho de menor qualificação poderia suprir as necessidades técnicas. Isso criou uma incompatibilidade entre as qualificações necessárias para determinadas tarefas e o nível educacional da força de trabalho efetivamente contratada, formando uma situação de subemprego (Machado e Oliveira, 2000).

A expansão do setor terciário também pode ser entendida como uma consequência direta da modernização do sistema capitalista, como os movimentos ocorridos nos países centrais. Nas economias desenvolvidas o crescimento do setor industrial alimentou o desenvolvimento das atividades tradicionais, por meio do aumento do rendimento per capita (Cardoso, 1999). No entanto, no caso brasileiro, o crescimento das atividades comerciais e de serviços na alocação de mão de obra é, na verdade, o efeito da incapacidade da indústria para absorver os novos trabalhadores que entram no mercado de trabalho, formando um mercado paralelo e pouco estruturado – Dedecca (2002), Cardoso (1999 e 2001) e Kon (2006).

Esta realocação setorial da mão de obra está intimamente relacionada com o contínuo aumento da informalidade no país, ao transferir parte da geração de renda do trabalho da indústria, que fundamentalmente se caracterizou pelo trabalho assalariado formal, em direção ao setor de serviços, onde a proteção institucional é historicamente mais baixa. O setor

informal foi entendido, até meados dos anos oitenta, na economia do país como uma estratégia de sobrevivência temporária, atuando como um amortecedor entre os ciclos de emprego. No entanto, na década de noventa se apresenta como uma atividade contínua para muitos trabalhadores que não conseguem encontrar emprego dentro da proteção jurídica. Assim, como observado por Curi e Menezes-Filho (2004), a percentagem de trabalhadores que permanecem por mais de um ano no âmbito do setor informal tem aumentado ao longo dos anos noventa, enquanto o oposto acontece com os trabalhadores setor formal.

As conseqüências imediatas destas tendências são o aumento da precariedade das relações trabalhistas. A ausência de mediação institucional do Estado torna mais fraca e mais assimétrica a relação capital-trabalho, favorecendo a flexibilidade quantitativa e a rotatividade da mão de obra, o que pode produzir postos de trabalhos de baixa qualidade, sem investimentos em tecnologia e recursos humanos e com trabalhadores sem qualificação definida. No longo prazo, o impacto da informalidade é a transferência do Estado para o indivíduo e sua família a responsabilidade a sua sobrevivência, especialmente no período da aposentadoria (Cardoso, 1999).

Em resumo os anos noventa representaram um importante ponto de inflexão na economia e no mercado de trabalho no Brasil. Após um intenso período de crescimento, durante o "milagre econômico", que favoreceu o surgimento de um mercado de trabalho liderado pelo dinamismo estatal e predominantemente formal, os anos oitenta e noventa apresentaram importantes processos de inversão desta tendência. A crise da dívida e o déficit orçamentário diminuíram a capacidade do Estado em intervir na criação e distribuição de postos de trabalho. Ao mesmo tempo, a indústria perdeu a sua característica de principal geradora de novos empregos, especialmente após a abertura comercial. Em paralelo, o emprego informal cresceu de forma quase contínua e passa a ser um fator permanente no mercado de trabalho, independente dos ciclos econômicos do país.

Nos países desenvolvidos, o processo de industrialização foi seguido por uma tendência de expansão do emprego assalariado e por uma homogeneização das relações de trabalho, gerando empregos suficientes para absorver os novos entrantes no mercado. Nas economias de desenvolvimento tardio, onde se classifica o Brasil, também tem-se observado um aumento considerável do trabalho assalariado dentro do processo de industrialização. No entanto, este movimento não resultou em uma homogeneização das relações de trabalho, uma vez que o setor dinâmico da economia, em muitos casos, a indústria de transformação, tem

gerado empregos a um ritmo inferior ao crescimento da população urbana economicamente ativa (Dedecca, 2002).

A informalidade e outros processos de desregulamentação abrem espaço para um fluxo mais amplo de trabalhadores entre setores e ocupações. No Brasil, essa informalidade tem sido intensificada, não só pelo processo de mudança na estrutura setorial, mas também pelas mudanças no ambiente institucional que normaliza as relações de trabalho. A próxima seção destaca as diferenças entre os anos oitenta e noventa, em relação ao processo de desregulamentação do mercado de trabalho no Brasil.

3. A desregulamentação do mercado de trabalho

Esta seção descreve algumas das mudanças ocorridas na proteção institucional do trabalhador brasileiro, comparando à década de oitenta a década de noventa. Em geral, estas mudanças são fruto tanto da pressão de setores interessados no aumento da flexibilidade do mercado de trabalho como também dos objetivos do Governo de reduzir seu nível de intervenção na economia.

Os dois principais instrumentos de regulamentação do mercado de trabalho brasileiro existem desde os anos trinta e quarenta: A Carteira de Trabalho e a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. A Carteira de Trabalho e Previdência Social, estabelecida no Brasil desde 1932, é um documento que reproduz e formaliza a vida funcional do trabalhador e garante o acesso a alguns dos principais direitos trabalhistas, como o seguro desemprego, garantia ao salário mínimo, férias remuneradas, benefícios de assistência social e acesso aos programas de apoio do trabalhador. Em geral, o documento serve como um contrato de trabalho padrão, obrigatório na maioria das relações de trabalho no país (exceto para funcionários públicos e militares) e, em geral, significa melhores salários e uma maior estabilidade no emprego. A CLT, que foi assinada em 1943, juntou em um único documento, a legislação já existente sobre os direitos e deveres nas relações de trabalho. Apesar de haver enfrentado diversas mudanças ao longo da sua história, o documento continua servindo como o principal regulador das relações dentro do mercado de trabalho brasileiro.

Contudo, a legislação trabalhista no Brasil passou por processos diferentes durante as décadas de oitenta e noventa. Os anos oitenta foram caracterizados por uma onda de movimentos sociais, motivados pelo processo de democratização do país e que resultou em uma expansão da regulação do mercado de trabalho. Estes movimentos têm uma dupla importância para o mercado de trabalho no período (Cardoso, 2001). Em primeiro lugar, eles

ocorrem dentro do ambiente político, sendo capazes de levar as questões sociais para as principais decisões do país, culminando com a promulgação da nova Constituição Federal de 1988. Em segundo lugar, as reivindicações sindicais e sociais ocorreram em paralelo com a desestruturação da dinâmica industrial, conseguindo, de certo modo, atenuar o impacto da crise sobre os trabalhadores.

Em contraste, a década de noventa tem as mais altas taxas de desregulamentação das relações trabalhistas, com o Governo Federal promovendo uma série de alterações na CLT e na Constituição Federal, com o objetivo de aumentar a flexibilidade da força de trabalho¹. A desregulamentação não é uma tendência exclusiva do mercado de trabalho durante este período, mas sim parte de um contexto de medidas adotadas para aumentar a competitividade e reduzir a presença do Estado na economia. No entanto, as questões relacionadas ao mercado de trabalho constituíram uma porcentagem importante dos projetos de lei apresentados ao Congresso entre 1989 e 1997 (Noronha, 2000). Duas das principais alterações aprovadas neste período foram à criação da Lei sobre Cooperativas de Trabalho, em dezembro de 1994 e a legalização dos contratos com tempo determinado, em 1998, que representaram uma grande flexibilidade na utilização de mão de obra². O principal objetivo destas medidas foi o de reduzir os custos de contratação e de dispensa da força de trabalho dentro do setor privado da economia, tornando mais fácil o ajuste do nível de mão de obra e do volume de salários em função do ritmo da atividade econômica – Jatobá e Andrade (1993) e Cardoso (2001).

A formação de cooperativas de trabalho possibilitou aos trabalhadores serem tratados como "parceiros" da empresa e, portanto, sem os mesmos direitos que os trabalhadores com contrato padrão e sem os benefícios da negociação coletiva, uma vez que já não são parte de um sindicato (Kreiner e Oliveira, 2001). Já o contrato temporário de trabalho possibilitou uma redução nos custos de contratação e dispensa de pessoal. Assim, os trabalhadores contratados sob as novas regras não têm acesso automático aos mesmos direitos adquiridos pelos contratados com a carteira de trabalho, especialmente os direitos relacionados com o desemprego. Estas mudanças incentivaram a criação de contratos atípicos de emprego, dificultando a classificação tradicional entre trabalho formal e informal tomando unicamente por base a posse ou não da carteira de trabalho.

¹ Alguns benefícios para o trabalhador também foram criados ou expandidos nos anos noventa. É o caso, por exemplo, da criação do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e da extensão de alguns benefícios para os empregados domésticos e para os trabalhadores encontrados em condições próximas a escravidão.

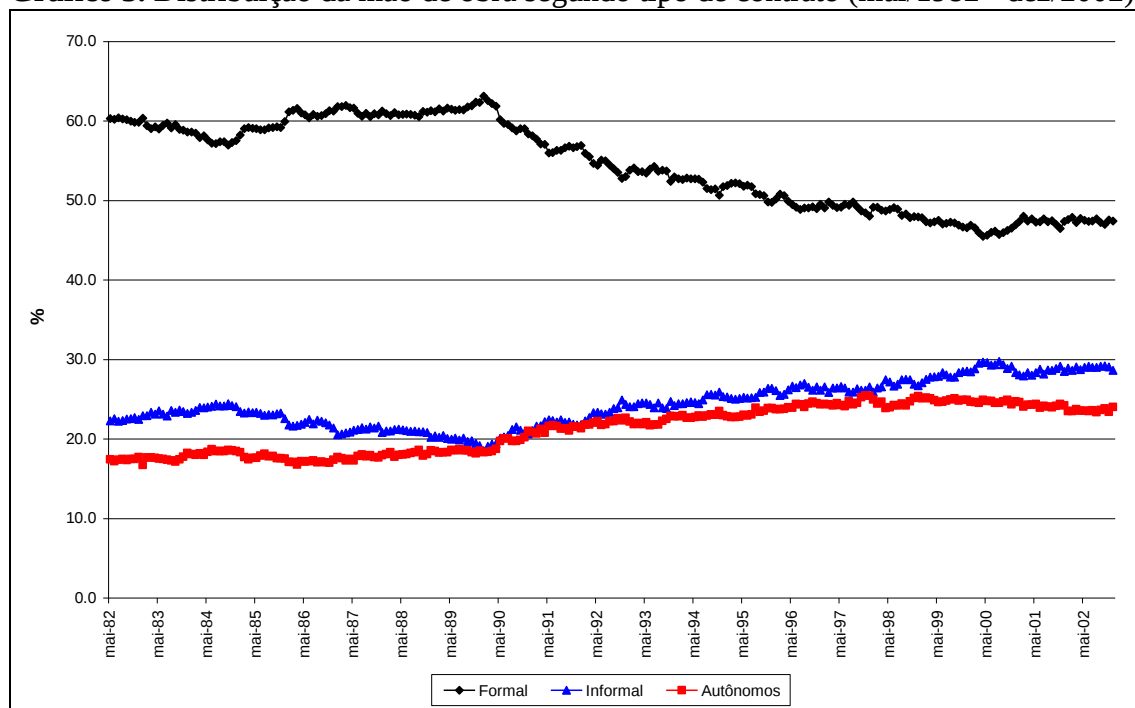
² Várias outras mudanças foram inseridas na década de noventa, como a criação do Banco de Horas. Um histórico de outras alterações na legislação trabalhista brasileira pode ser obtido em Kreiner e Oliveira (2001).

Outra tendência importante na desregulamentação do mercado de trabalho brasileiro é a perda de poder dos sindicatos de trabalhadores, intensificada pelo aumento da informalidade. Segundo Arbache (2002), a redução da filiação sindical no país entre 1986 e 1999 pode ser explicada pelas mudanças no cenário macroeconômico, através da redução da regulamentação do mercado de trabalho, pelo processo de privatização das empresas públicas (que sempre preservou uma maior taxa de sindicalização), pela recessão econômica da década de noventa e pelo aumento da taxa de desemprego. Esses fenômenos levaram a alterações no padrão das negociações sindicais no Brasil, que deixaram de concentrar esforços nos reajustes salariais e na cobertura das perdas geradas pela inflação para se dedicar na proteção dos postos de trabalho. Parte significativa dos acordos e convênios coletivos intermediados pelos sindicatos no período inclui artigos relacionados com a demissão, mas apenas de caráter defensivo, tentando proteger os direitos dos trabalhadores que poderiam perder seus postos de trabalho (DIEESE, 2001). Em consequência, o país assistiu a uma propagação de contratos atípicos de emprego, contra a qual os sindicatos se opuseram inicialmente, mas mudaram seu posicionamento com o aumento do desemprego (Chahad, 2002).

O tema da desregulamentação está intimamente relacionado com a flexibilidade do trabalho, uma vez que o primeiro é determinante do segundo (Jatobá e Andrade, 1993). No entanto, é também o resultado de pressões sofridas pelo Governo por parte dos empregadores e por parte de segmentos da sociedade que permaneciam com a explicação de que o aparato institucional vigente restringia o emprego. A base para esta visão é o entendimento de que as instituições aumentam o custo relativo do fator trabalho, tanto através de elevados impostos sobre contratação como também por meio de pesadas multas pela demissão sem justa causa, o que torna difícil o ajuste da força de trabalho em resposta às flutuações da economia – Jatobá e Andrade (1993), Arbache (2002). Mas, por outro lado, os críticos do sistema liberal argumentam que o mercado de trabalho brasileiro já é suficientemente flexível em seu elemento básico, ou seja, nos custos de demissão da mão de obra (Noronha, 2000).

Independente da interpretação dos efeitos da desregulamentação e da flexibilidade das relações de trabalho, é um fato observável o aumento da informalidade no país ao longo das duas últimas décadas do século passado. O contrato de trabalho padrão, depois de apresentar uma fraca tendência de aumento durante a última metade dos anos oitenta, passa a se caracterizar por um quase contínuo declínio em todo o período restante, atingindo menos de 48% dos trabalhadores assalariados contra os 62% em sua melhor fase da década anterior, como mostra o Gráfico 3.

Gráfico 3. Distribuição da mão de obra segundo tipo de contrato (mai/1982 - dez/2002)



Nota: População maior de 15 anos, regiões metropolitanas.

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada / Pesquisa mensal de Emprego.

Em síntese, o mercado de trabalho brasileiro passa por um intenso processo de reorganização da mão de obra e também por uma desregulamentação das relações trabalhistas durante os anos finais do século passado. O resultado foi um aumento da flexibilidade, tanto salarial como quantitativa no uso da força de trabalho o que, por um lado, facilitou a adaptação das empresas aos ciclos econômicos, mas, por outro lado, aumentou a rotatividade no emprego e uma redução dos benefícios institucionais.

O fenômeno da ocupação informal ou flexível é uma marca importante do mercado de trabalho brasileiro atual, se configurando como um processo crescente e, possivelmente, de longo prazo. Para lidar com este processo, o país tem desenvolvido uma série de mecanismos de flexibilidade e de uso na remuneração da mão de obra, que aumentam o ritmo pelo qual os trabalhadores mudam de ocupação e, por isso, também alteram a distribuição da mão de obra entre as atividades e setores. Apesar da recente recuperação do emprego formal nas áreas urbanas no país (Cardoso, 2007), entender e planejar este mercado nos anos atuais ainda depende em muito do bom entendimento das origens destas características. Talvez este seja o grande desafio das políticas públicas direcionadas aos trabalhadores e às relações de trabalho: entender e se ajustar a estas mudanças.

4. Considerações finais.

Os anos oitenta e noventa representam importantes momentos de inflexão do mercado de trabalho brasileiro. A tendência de formação de emprego assalariado formal, comandada pela geração de postos de trabalho na indústria, dá lugar a uma perda de espaço do setor industrial na absorção de mão de obra. Ao mesmo tempo, o fluxo de trabalhadores para o setor terciário, tradicionalmente caracterizado por uma menor proteção institucional, implicou no aumento da informalidade.

Chegar a uma conclusão sobre o estado do mercado de trabalho brasileiro é uma tarefa muito complexa e que escapa ao objetivo deste trabalho. Contudo, é possível dizer que grande parte da configuração atual deste mercado pode ser entendida como o resultado das mudanças ocorridas durante as décadas de oitenta e noventa. Apesar da recente retomada do emprego formal, o médio e longo prazo ainda representam importantes desafios para a aplicação de políticas públicas direcionadas ao mercado de trabalho nacional e a compreensão de suas origens pode ser um elemento essencial para estes desafios.

5. Referencias bibliográficas.

- ABREU, M.P. (1990): “Inflação, estagnação e ruptura: 1961-1964”, In: ABREU, M.P. (Org). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana*, Rio de Janeiro: Campus, p.197-212, Capítulo 8.
- AMADEO, E., CAMARGO, J.M. GONZAGA, G. BARROS, R. y MENDONÇA, R. (1994): *A natureza e o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro*, Rio de Janeiro: IPEA, Texto para discussão nº 353.
- ARBACHE, J.S. (2002): “Unions and labor market in Brazil”, *Econometric Society 2002 Latin American Meetings*, Econometric Society, São Paulo.
- BALTAR, P. (2000): “Estrutura ocupacional regional nos anos 90”, In: XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu.
- BIVAR, W.S.B. (1993): “Estimativas da duração média do desemprego no Brasil”, *Pesquisa e Planejamento Econômico*, IPEA, 23(2).
- BRESSER-PEREIRA, L.C. (1991): “A lógica perversa da estagnação: dívida, déficit e inflação no Brasil”, *Revista Brasileira de Economia*, 5(2), 187-211.

- CAMARGO, J.M. (1998): *Produtividade e preços relativos: o mercado de trabalho no período pós estabilização*, Rio de Janeiro: PUC-RIO, Texto para Discussão Interna n. 386.
- CARDOSO, J.C. Jr. (1999): *Estrutura setorial-ocupacional de emprego no Brasil e evolução do perfil distributivo nos anos 90*, Rio de Janeiro: IPEA, Texto para Discussão n. 655.
- _____. (2001): *Crise e desregulação do otrabalho no Brasil*, Rio de Janeiro: IPEA, Texto para Discussão n. 814.
- _____. (2007): *De Volta para o Futuro? As Fontes de Recuperação do Emprego Formal no Brasil e as Condições para sua Sustentabilidade Temporal*, Rio de Janeiro: IPEA, Texto para Discussão n. 1310.
- CARNEIRO, D.D. y MODIANO, E. (1990): “Ajuste externo e desequilíbrio interno: 1980-1984”, In: ABREU, M.P. (Org). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana*, Rio de Janeiro: Campus, p.323-365, Capítulo 12.
- CARVALHO, M.A.S. (2001): *Privatização, dívida e déficit públicos no Brasil*, Rio de Janeiro: IPEA, Texto para Discussão n. 847.
- CHAHAD, J.P.C. (2002): “Emprego flexível e mercado de trabalho no Brasil”, *Encontro Nacional de Economia*, ANPEC, Nova Friburgo – RJ.
- CURI, A.Z. y MENEZES-FILHO, N.A. (2004): “Os determinantes das transições ocupacionais no mercado de trabalho brasileiro”, *XXXII Encontro Nacional de Economia*, ANPEC, João Pessoa – PB.
- DEDECCA, C.S. (2002): “Reorganização econômica, absorção de mão-de-obra e qualificação”, *Revista de Economia Política*, São Paulo, Editora 34, v.22(2), 59-77.
- DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SÓCIO ECONÔMICOS (2001): *As negociações coletivas no Brasil*, São Paulo: DIEESE.
- JATOBÁ, J. y ANDRADE, E.G.L. (1993): *A desregulamentação do mercado e das relações de trabalho no Brasil: potencial e limitações*, Rio de Janeiro: IPEA, Texto para Discussão n. 312.
- KON, A. (2006): “Mudanças recentes no perfil da distribuição ocupacional da população brasileira”, *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, São Paulo, v.23(2), p.247-267.
- KREIN, J.D. y OLIVEIRA, M.A. (2001): “Mudanças institucionais e relações de trabalho no Brasil”, *Cuadernos del Cendes*, Caracas: Universidad Central de Venezuela, 18(46), 147-158.

- KUME, H., PIANI, G. y SOUZA, C.F.B. (2003): “A política brasileira de importação no período 1987-1998: descrição e avaliação”, In: CORSEUIL, C.H. y KUME, H. (Coord.): *A abertura comercial brasileira nos anos 1990 – impactos sobre emprego e salario*, Rio de Janeiro: TEM/IPEA, p.9-8, Capítulo 1.
- LEITE, M. (2005): “Reestruturação produtiva e mercado de trabalho: a experiência brasileira”, *Revista Galega de Economía*, Universidade de Santiago de Compostela, 14(1-2), p.1-26.
- MACHADO, A.F.; OLIVEIRA, A.M.H.C. y CARVALHO; N.F. (2003): *Tipologia de qualificação da força de trabalho: uma proposta a partir da noção de incompatibilidade entre ocupação e escolaridade*, Belo Horizonte: CEDEPLAR-UFMG, Texto para Discussão nº 218. Disponible en: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%2018.pdf>.
- MATESCO, V.R. y LAVINAS, L. (1996): *A reestruturação produtiva nas empresas brasileiras e seu reflexo sobre a força de trabalho por gênero*, Rio de Janeiro: IPEA, Texto para Discussão n. 400.
- NERI, M.; CAMARGO, J.M. y REIS, M.C. (2000a): *Mercado de trabalho nos anos 90: fatos estilizados e interpretações*, Rio de Janeiro: IPEA, Texto para Discussão n. 743.
- NORONHA, E.G. (2000): “O modelo legislado de relações de trabalho no Brasil”, *Dados – Revista de Ciências Sociais*, IUPERJ, Rio de Janeiro, 43(2).
- ORENSTEIN, L. y SOCHACEWSKI, A.C. (1990): “Democracia com desenvolvimento: 1956-1961”, In: ABREU, M.P. (Org). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana*, Rio de Janeiro: Campus, Capítulo 7.
- PINHEIRO, A.C.; GIAMBIAGI, F. y MOREIRA, M.M. (2001): *O Brasil na década de 90: uma transição bem-sucedida?*, Rio de Janeiro: BNDES, Texto para Discussão n. 91.
- RESENDE, M.F.C. (2005): “O padrão dos ciclos de crescimento da economia brasileira: 1947-2003”, *Economia e Sociedade*, Campinas, 14(1-24), p.25-55.
- SARTI, F. y LAPLANE, M.F. (2002): “O investimento direto estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 1990”, *Economia e Sociedade*, Campinas, 11(1-18), p.63-94.
- SOARES, S.; SERVO, L.M.S. y ARBACHE, J.S. (2001): *O que (não) sabemos sobre a relação entre abertura comercial e mercado de trabalho no Brasil*, Rio de Janeiro: IPEA, Texto para Discussão n. 843.
- URANI, A. (1996): *Ajuste macroeconômico e flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil – 1981/95*, Rio de Janeiro: IPEA, Texto para Discussão n. 380.